

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1011160-34.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Exibição - Medida Cautelar
Requerente:	Carmen Nicola Petrozzani
Requerido:	Banco Bradesco Financiamentos S.a.

CARMEN NICOLA PETROZZANI ajuizou ação contra BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., pedindo seja instado à exibição do contrato de empréstimo consignado nº 791668835 e a indicar a forma como o valor emprestado foi repassado.

Citada, o requerido contestou o pedido, alegando preliminarmente o não cabimento da imposição de medida liminar para exibição e a ausência de prova de prévia solicitação do documento pela via administrativa. No mérito, afirma que foi entregue à requerente uma via do contrato no momento da sua assinatura e que o documento encontra-se a sua disposição junto à agência bancária.

Manifestou-se a requerente.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O requerido foi citado para apresentar defesa ou exibir os documentos no prazo legal, de modo que não há qualquer medida liminar imposta por este juízo. Rejeito a preliminar arguida.

Tendo ou não o requerido entregue os documentos ou cópias deles em ocasião anterior, não se isenta da obrigação de fornecer outras cópias e extratos, se forem pedidas.

A circunstância de os documentos estarem semanalmente à disposição dos clientes não desonera a instituição financeira da obrigação de

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

exibi-los a qualquer tempo quando pleiteada (STJ - REsp. nº 330.261-SC - Rel. Min. Nancy Andrighi - J. 6.12.2001).

Nos termos do v. acórdão proferido por ocasião do julgamento do REsp 982.133/RS, Relator o eminente Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe de 22/9/2008, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, a caracterização do interesse de agir, em ações objetivando a exibição de documentos societários, exige a demonstração da prova do requerimento formal na via administrativa e o comprovante do pagamento da taxa de serviço, quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei 6.404/76).

Houve comprovação do prévio requerimento administrativo ao banco, conforme demonstram os documentos de fls. 13 e 16. De outro lado, não houve atendimento em prazo razoável, o que justifica o acolhimento da pretensão judicial.

O requerido resistiu ao pedido e se submete à condenação nas despesas processuais. Com efeito, na ação cautelar de exibição de documento, cabe a condenação em honorários de advogado (TJSP - AC nº 85.036.4/0 - 8ª C. Dir. Priv. - Rel. Des. Cesar Lacerda - J. 28.07.99).

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno o requerido, BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S.A., a exibir os documentos pedidos por CARMEN NICOLA PETROZZANI, no prazo de trinta dias, passível de prorrogação, se houver justificativa.

Responderá o requerido pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que demonstradas, e pelos honorários advocatícios do patrono da requerente, fixados, por equidade, em R\$ 500,00.

P.R.I.C.

São Carlos, 12 de novembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
 IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**